

PROJETO DE LEI Nº 3729 DE 2004

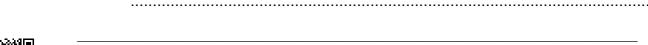
Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

EMENDA N.º____

Art. 1º Dê-se ao art. 10, do Projeto de Lei nº:3.729, de 2004 a seguinte redação:

"Art. 10. A autoridade ambiental competente assegurará procedimentos simplificados e prioridade na análise para o licenciamento ambiental, quando exigível, das atividades ou empreendimentos de saneamento básico abrangidos pelas Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

Parágrafo único. A exigência de EIA para o licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos referidos no *caput* deste artigo somente deve ocorrer em situações excepcionais, devidamente justificadas pela autoridade licenciadora (NR)





JUSTIFICAÇÃO

O saneamento é notoriamente um setor com grandes desafios para o seu alcance universal e com qualidade. Cerca de 84% da população brasileira dispõe de abastecimento de água, um pouco mais da metade (52%) tem acesso ao serviço de coleta de esgoto, e apenas 46% do esgoto gerado é tratado (SNIS, 2019). Por outro lado, a média anual de investimentos do período, entre 2014 e 2017, foi de R\$ 12,8 bilhões e a média necessária para alcançar a universalização em 2033 é superior a R\$ 20 bilhões.

A promulgação do Novo Marco Legal em 2020 foi um passo importante para alterar essa realidade, porém, o desenvolvimento bem-sucedido do setor depende também de procedimentos mais céleres, como é o caso do licenciamento ambiental, a fim de que os objetivos de universalização, inclusive do ponto de vista ambiental, sejam alcançados.

Dessa forma, faz-se necessária que <u>todas</u> as atividades ou empreendimentos de saneamento básico sejam abrangidas pelo procedimento simplificado

Considerando a importância desse avanço, peço aos nobres Pares a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em de abril de 2021.

GENINHO ZULIANI

Deputado Federal





DEM/SP



